



# ENTAC2006

A CONSTRUÇÃO DO FUTURO | XI Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído | 23 a 25 de agosto | Florianópolis/SC

## A DIMENSÃO POLÍTICA NA CONCEITUAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

**Antonio Sergio da Silva (1); Ioshiaqui Shimbo (2)**

(1) Pesquisador do Grupo de Pesquisa: Sustentabilidade Urbana e Regional – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. *e-mail*: antonio.sergio@netsite.com.br

(2) Prof. Deptº de Engenharia Civil e do Grupo de Pesquisa Sustentabilidade: Urbana e Regional da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e do Grupo de Pesquisa: HABIS-Habitação e Sustentabilidade - UFSCar/USP-Campus São Carlos. *e-mail*: shimbo@power.ufscar.br

### RESUMO

As premissas quanto ao termo sustentabilidade, com origem inicialmente na esfera ambiental, apontam para uma interação entre as dimensões econômica, social, cultural e política, expressando estreitos vínculos entre essas abordagens. Percebe-se, então, que a abrangência da sustentabilidade expressa-se em diferentes áreas do conhecimento, como condição inerente para a sua aplicação, pois as dimensões da sustentabilidade se mostram com algumas especificidades correlatas. Este trabalho tem como objetivo analisar os debates conceituais sobre a sustentabilidade, que sugere ser compreendida como uma proposta que articula vários aspectos, pela incorporação de uma perspectiva pluridimensional, e de integração das ciências. A estratégia geral utilizada no trabalho foi a análise conceitual de diversos autores. Verificou-se que em sua conceituação há um perfil de múltiplas abordagens dadas às características próprias de condições de organização social local, e, ainda, às várias condições de tratamento político sobre os problemas a serem evidenciados. São, portanto, debates que exercem implicações substancialmente em dimensão política, como a organização da sociedade, a comunicação e informação, a abertura de espaços participativos, o envolvimento da população para a tomada de decisão, no que se refere ao que é comum a todos. As reflexões levantadas em referência às dimensões, apresentam uma nova proposta de análise sugerindo que a dimensão política da sustentabilidade se comporta como um elo entre as demais dimensões, pautada na transdimensionalidade existente. Neste aspecto, a dimensão política da sustentabilidade torna-se passível de assumir o caráter de eixo norteador para ações mais sustentáveis, pela capacidade de contribuir para o concílio entre interesses e necessidades vinculadas às mudanças inovadoras em uma decisão coletiva para ações mais sustentáveis em diferentes dimensões.

Palavras-chave: sustentabilidade, dimensão política, transdimensionalidade

### ABSTRACT

The premises with relationship to the term sustainability initially in the environmental sphere, point to a interaction between economical, social, cultural and political dimensions expressing narrow bond among these approaches. Then, it is noticed that the clover of the sustainability is expressed in different areas of the knowledge as inherent condition for its application because the dimensions of the sustainability are shown with some specificity. This work objectives analyzes the conceptual debates about sustainability that suggests to be understood as a proposal that articulates several aspects for the incorporation of a perspective multidimensional, and integration of the sciences. The general strategy used was the several authors' conceptual analysis. It was verified that there is a profile of multiple approaches in its conceptuation given to the own characteristics of conditions of local social organization and still several conditions of political treatment on the problems be evidenced. Therefore, they are debates that exercise implications substantially in political dimension as the organization of the society, the communication and information, the opening of participative spaces, the involvement of the population for taking of decision that refers among which is common for all. The lifted up reflections in reference to the dimensions present a new analysis proposal suggesting that the political dimension of the sustainability behaves as a link among the other dimensions ruled in the existent transdimensionality. In this aspect the political dimension of the sustainability becomes susceptible to assume the character of shaft leader for more sustainable actions for the capacity to

contribute for the council between interests and needs linked to the innovative changes in a collective decision for more sustainable actions in different dimensions.

Keywords: sustainability, political dimension, transdimensionality

## **1. A CONCEPÇÃO PLURIDIMENSIONAL DA SUSTENTABILIDADE**

A sustentabilidade tem sido considerada como um discurso necessário e global. No entanto, os conceitos e princípios relacionados a esse discurso e formulados recentemente sinalizam alternativas aos debates tradicionais de desenvolvimento, e às formas democráticas de gestão das políticas públicas. Por ser considerada uma ambiciosa proposta, uma vez que a sustentabilidade requer uma amplitude de aspectos, a sua formulação propõe o envolvimento de princípios e dimensões de forma indissociável, ambos relativos às questões ambientais, sociais, econômicas, políticas, culturais.

O ponto de partida para o aprofundamento do debate e da prática sustentável em comunidades está em uma das características básicas da sustentabilidade, ou seja, a que consiste na construção de novas relações nos espaços públicos de participação, onde os resultados dos processos democráticos entendem a sinergia entre poder e sociedade na governança local, criando espaços para um processo mútuo de aprendizagem contínua e dinâmica.

Essa abordagem é comentada por diferentes autores: Leroy et al. (2002) consideram a importância do fortalecimento das organizações populares, sindicais e comunitárias e a redistribuição a elas de recursos e de informações para o aumento da capacidade de análise e para a tomada de decisão; Sampaio (2005) valoriza o participar politicamente como meta e coloca a relevância do Fórum Mundial Social e Frey (2001) comenta a carência de investigações que aprofundem a dimensão político-democrática, além de colocar que essa dimensão representa um dos mais importantes fatores limitantes da implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável.

A visão pluridimensional da sustentabilidade sinaliza diretrizes que devem, sobretudo, buscar soluções para o sistema como um todo, interligando as dimensões ambiental, social, econômica, política e cultural. Essa transdimensionalidade configura-se como um instrumento para o concílio das necessidades básicas e sustentáveis, pela necessidade de práticas sócio-político-culturais junto à esfera pública.

## **2. SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

O termo desenvolvimento sustentável surge a partir dos anos 60, quando as discussões sobre as questões ambientais evidenciaram a necessidade da criação de novos padrões de desenvolvimento econômico. Concebido em 1987, o Relatório de Brundtland insere em seu corpo o termo desenvolvimento sustentável, definido, segundo Ribeiro (2001), como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.”

Nessa perspectiva de pensamento, o termo desenvolvimento sustentável assume uma expressão positiva, sendo, portanto, considerado como favorável ao que se sugere como crescimento, sendo este um bem para todas as nações, para todos os lugares. Isso implicou, de certa forma, na construção da compreensão de que o desenvolvimento fosse sugerido como uma melhoria da qualidade de vida.

Almeida (1999) considera que a noção de desenvolvimento se encontra em evidência como sendo um bem para todos os lugares, pensado e ampliado de maneira uniformizante em detrimento das originalidades locais como as características de seus povos e suas culturas. O autor esclarece que sobre a noção de desenvolvimento, “é um modelo idêntico que se propaga em detrimento de todas as diferenças de situação, de regime e de cultura”, portanto sem muita clareza para a diversidade de organizações sociais entre os povos. Preconiza, nesse caso, que:

“A fronteira entre a modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo, se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. Portanto, a modernização é um processo e desenvolvimento uma política”. (ALMEIDA, 1999)

Nesse sentido, a idéia de uma sociedade sustentável visivelmente se confronta com inúmeros problemas que passam por maiores reflexões, onde os próprios valores econômicos são incompatíveis com a sustentabilidade, os quais apresentam-se como dominantes com exclusão social de uma parcela significativa da população, que por sua vez interferem ou pretendem regular as atividades humanas. Portanto, a sustentabilidade sugere ser vista como uma proposta alternativa e urgente aos modos de crescimento econômico, o que significa re-qualificar o desenvolvimento para reconciliar as necessidades sociais. Leroy et al. (2002) comentam sobre a dificuldade de conceituação existente sobre os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, atribuindo disparidades em vários aspectos presentes de forma que:

“Tanto o desenvolvimento que conhecemos quanto o desenvolvimento sustentável, como hoje está proposto, são frutos da apropriação do mundo material por parte de uma minoria que conseguiu impor sua vontade ao conjunto da humanidade”. (LEROY et al., 2002)

Na abordagem sobre desenvolvimento sustentável, esses mesmos autores sustentam em relação aos conceitos convencionais de desenvolvimento, que tais conceitos “se baseiam na iniquidade e na ideologia do crescimento ilimitado.” Percebem que, a palavra desenvolvimento, como substantivo e acompanhada com o adjetivo sustentável, “tornou ainda mais espessa a cortina de fumaça que envolve o uso abusivo e a disputa ideológica pelo significado real dessas duas palavras.” Cavalcanti (1998) confere assim as controvérsias conceituais contidas quanto à dimensão econômica e à dimensão ecológica enquanto recursos naturais como fonte de transformação em bens. O autor acrescenta que:

“Este crescimento, sob as formas em que é compreendido, conduz sempre a algum tipo de agressão contra o meio ambiente. Mesmo o conceito de desenvolvimento sustentável é contraditório no sentido de uma contradição das próprias palavras se analisada sob a forma do comportamento humano que busca a acumulação de capital, provocando o esgotamento de recursos naturais não renováveis”. (CAVALCANTI, 1998)

Nesse aspecto, o conceito de desenvolvimento sustentável vem produzindo vários debates, não somente quanto a sustentabilidade sobre as questões ambientais, mas também quanto a sua relação com o desenvolvimento econômico, social, cultural entre outros, construindo ao seu redor um caráter polêmico de interpretações e consensos. Tais debates evidenciam que a sustentabilidade deve ser entendida através da inclusão do respeito pela diversidade cultural, pelas condições dos modos da produção econômica local e, também, pela organização política e social de cada comunidade.

Acselrad e Leroy (1999) colaboram esclarecendo que “a depender dos atores a que se referem os problemas, a sustentabilidade é abordada de modo bastante variável, pois a questão da sustentabilidade levanta desafios tanto aos formuladores de políticas e aos movimentos sociais, quanto à comunidade científica.” Os mesmos autores também alertam aos altos índices de desigualdade social e de degradação das próprias bases materiais do desenvolvimento e consideram que a sustentabilidade está ligada aos problemas da dinâmica social, como questões de justiça social, igualdade entre gêneros e participação política de atores locais. Complementam os autores que “a noção de sustentabilidade tem tudo a ver com a possibilidade de se criarem práticas moldadas pela sociedade que estabeleçam relações sólidas e de longo prazo entre esta sociedade e a base material de sua existência.”

Stroch (1998), considerando as políticas de desenvolvimento e as inter-relações dos fatores naturais e culturais de uma dada realidade planejada, sugere a existência de vínculos com a forma de distribuição dos benefícios sociais por ele gerado, e que para tanto “as políticas não podem continuar a serem orientadas pelos tradicionais modelos normativos e tecno-econômicos de planejamento.” Portanto, a presença da pluridimensionalidade nos debates é percebida entre as demandas sociais, econômicas, ambientais, políticas e outras, que, a depender da organização de uma comunidade, passam necessariamente a interligar-se. O mesmo autor também percebe essa interligação pluridimensional quando salienta que:

“As transformações sociais provocadas por intervenções econômicas têm resultado em fortes rupturas nas relações estruturantes das sociedades que as recebem, entendidas em sua

dimensão política, cultural, ética, sócio-psicológica e mesmo étnica (no caso de comunidades indígenas), sobretudo quando se trata de regiões menos desenvolvidas”. (STROCH, 1998)

A presença de debates com abordagens pluridimensionais sugerem a aproximação entre as várias ciências como base de investigação sobre a sustentabilidade. Nesse aspecto, Rohde (1998) propõe que a investigação das fronteiras das ciências, suas teorias e seus novos paradigmas emergentes “constituem tarefa básica, premissa fundamental para determinar a nova visão de mundo necessária para realizar o pretendido desenvolvimento sustentável.” Portanto, os aspectos ambientais inicialmente levantados enquanto prioridades nos conceitos de desenvolvimento sustentável passam a ser sinérgicos com os vários aspectos da sustentabilidade, como as questões de desigualdade social geradas pela má distribuição dos benefícios, como os padrões de produção capitalista versus os padrões de reprodução dos recursos naturais, e também como outras questões que afetam a sociedade atual com implicações sobre as gerações futuras.

Para finalizar, Cavalcanti (1998) complementa sobre a noção de desenvolvimento sustentável sugerindo que “o dever da ciência é explicar como, de que forma ela pode ser alcançada, quais são os caminhos para a sustentabilidade.” Compreende-se que a sustentabilidade requer condições de descentralização democrática e de ampla participação, onde o poder local torna-se um espaço privilegiado para a mobilização e politização da sociedade, por meio de novas formas de governar, em diálogo e negociação com a população.

### **3. AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE**

No debate sobre a sustentabilidade, a sua abrangência expressa-se em diferentes dimensões e áreas do conhecimento, o que confere como condições inerentes para a sua aplicação. No entanto, as dimensões da sustentabilidade mostram algumas especificidades correlatas entre si, as quais colaboram com os enunciados das características da sustentabilidade.

Silva e Shimbo (2001) perceberam quanto ao termo sustentabilidade, inicialmente impregnado à esfera ambiental, que “essa limitação foi extrapolada para os campos econômicos, sociais e políticos, expressando estreitos vínculos entre as abordagens.” Assim, esses autores apresentam um diálogo que tange com as considerações nas quais ligam a sustentabilidade aos problemas de dinâmica político-social.

As idéias sobre a sustentabilidade apontam necessariamente para a compreensão de fenômenos complexos de forma que a indissociabilidade entre os vários aspectos e dimensões são evidenciados. Tal compreensão pode ser melhor visualizada em Acselrad e Leroy (1999), onde comentam a respeito dessa indissociabilidade ao mostrarem que:

“O objetivo da sobrevivência ambiental tem que estar profundamente articulado com outros objetivos, entre eles a equidade, a justiça, a liberdade e a plena vigência dos direitos econômicos, sociais, culturais e políticos para o conjunto de cada sociedade e da comunidade humana”. (ACSELRAD e LEROY, 1999)

Uma das contribuições sobre as concepções das dimensões da sustentabilidade está no trabalho realizado por Silva (2000), que ampliou o grau de abrangência das teorias e princípios da sustentabilidade, envolvendo as várias reflexões comentadas anteriormente. Nesse sentido, a fundamentação sobre a existência de uma dinâmica pluridimensional sobre a sustentabilidade contribui para com a definição dos princípios básicos para a sustentabilidade, pesquisada pela autora. Na análise apresentada por Silva, encontram-se as proposições genéricas de tópicos e condições evocadas como essenciais para sinalizar a sustentabilidade.

Dessa forma, as características apresentadas resultam na base instrumental para os princípios da sustentabilidade, onde Silva (2000) considera quatro dimensões fundamentais. São as Dimensões Ambiental, Social, Econômica e Política, onde nesse instrumental pluridimensional têm-se os seguintes aspectos e princípios:

- Aspecto Ambiental: Manutenção da integridade ecológica por meio da prevenção das várias formas de poluição, da prudência na utilização dos recursos naturais, da preservação da diversidade da vida e do respeito à capacidade de carga dos ecossistemas.

- Aspecto Social: Viabilização de uma maior equidade de riquezas e de oportunidades, combatendo-se as práticas de exclusão, discriminação e reprodução da pobreza e respeitando-se a diversidade e todas as suas formas de expressão.
- Aspecto Econômico: Realização do potencial econômico que contemple prioritariamente a distribuição de riqueza e renda associada a uma redução de externalidades socioambientais, buscando-se resultados macrossociais positivos.
- Aspecto Político: Criação de mecanismos que incremente a participação da sociedade nas tomadas de decisões, reconhecendo e respeitando os direitos de todos, superando as práticas e políticas de exclusão e permitindo o desenvolvimento da cidadania ativa.

Posteriormente, Silva e Shimbo (2001) reconhecem mais uma dimensão considerada também fundamental para compor a estrutura teórico-conceitual para a sustentabilidade, qual seja:

- Aspecto Cultural: Promoção da diversidade e identidade cultural em todas as suas formas de expressão e representação, especialmente daquelas que identifiquem as raízes endógenas, propiciando também a conservação do patrimônio urbanístico, paisagístico e ambiental, que referenciem a história e a memória das comunidades.

A relação entre as várias dimensões da sustentabilidade está presente em um outro ponto crítico que envolve a dimensão econômica. Acsehrad e Leroy (1999) percebem que “cada atividade econômica pode apresentar uma abordagem parcial da questão ambiental a qual é subordinada, pois é seu recurso à lógica do capital.” Nesse sentido, os mesmos autores consideram a sustentabilidade de forma que esta “poderá surgir quando a sociedade for chamada a se expressar e a participar.” Os autores também indicam que o desafio da construção da sustentabilidade democrática está em “fazer das camadas populares sujeitos políticos de seu ambiente material, social, econômico e cultural.” Sustentam também que a necessidade de mudanças de concepções da sustentabilidade podem ser informadas “pelo olhar da cultura, das tradições, dos modos de apropriação do território, de significação e uso do meio ambiente natural.” Nesse caso, tais considerações servem para compreender que, no caminho para a sustentabilidade deve-se considerar os espaços de participação da sociedade, ou seja, a inclusão da dimensão política da sustentabilidade, o que não impede de somar e interagir com outras dimensões.

#### **4. A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE E O CONCEITO DE TRANSDIMENSIONALIDADE**

O termo sustentabilidade nas propostas anteriores de desenvolvimento é superado pelas suas diversas interpretações geradas sobre o seu significado inicial. Os obstáculos existentes à sua consolidação como alternativa, incorpora uma perspectiva pluridimensional que requer das dimensões ambiental, econômica, cultural, social, política e outras, uma indissociabilidade das abordagens. Percebe-se também que, em sua conceituação, há um perfil de constante construção dada às características das condições de organização social local, e ainda, às várias condições de tratamento político sobre os problemas a serem evidenciados.

Moreira e Farias (2005) destacam, quanto às relações de governança e cultura, algumas noções que ampliam os horizontes. Para os autores:

“Uma governança não dá conta da complexa realidade, do local ao global operando com fatias da realidade, sem qualquer transversalidade. Dessa forma, questões como os patrimônios materiais e imateriais, valores de direitos e da paz, as humanidades, a cultura política, a cultura alimentar e a cultura ecológica situam-se dentro do arcabouço de políticas e da governança”.  
(MOREIRA e FARIAS, 2005)

Nesse aspecto, essas implicações sugerem a compreensão da existência de elos transdimensionais entre as dimensões envolvidas, os quais podem ser considerados, muitas vezes, como abordagens sob distintas disciplinas, e são responsáveis pelo espaço de debate sustentável para a formulação conjunta de ações.

Morin (2001) considera que o ser humano ou a sociedade são como unidades complexas, sendo ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional. Portanto, faz-se necessário enraizar o

conhecimento físico e igualmente o biológico numa cultura, numa sociedade, numa história, numa humanidade. Para o autor, a partir daí:

“Cria-se a possibilidade de comunicação entre as ciências, e a ciência transdisciplinar é a que poderá desenvolver-se a partir dessas comunicações, dado que o antropossocial remete ao biológico, que remete ao físico, que remete ao antropossocial”. (MORIN, 2001)

De uma maneira clara, D’Ambrósio (2005) sugere a transdisciplinaridade como uma opção, a qual julga ir além das organizações internas de cada disciplina. Para o autor, a transdisciplinaridade apresenta um enfoque holístico, que procura elos entre as peças. Nesse caso, esclarece que a transdisciplinaridade:

“Não se contenta com o aprofundamento do conhecimento das partes, mas, com a mesma intensidade, procura conhecer as ligações entre essas partes. E vai além, pois não reconhece maior ou menor essencialidade de qualquer das partes sobre o todo”. (D’AMBRÓSIO, 2005)

As reflexões sobre a transdimensionalidade pretendem colaborar junto ao termo sustentabilidade, o qual está orquestrado em dimensões, cujos princípios transcendem entre si, sendo eles os elos que dão a clareza para a sustentabilidade. Assim, a importância da indissociabilidade entre as dimensões é de forma a contemplar os elos transdimensionais de dimensão política, como as decisões sobre as interferências na dinâmica dos recursos naturais, os critérios sobre a economia e o consumo, a moradia e emprego com dignidade, o ensino público com qualidade, o respeito aos hábitos e costumes, a justiça social e a participação democrática nas decisões pelo acesso à informação, a que se refere ao comum a todos, como a qualidade de vida presente e futura.

## **5. A DIMENSÃO POLÍTICA DA SUSTENTABILIDADE**

Quanto às dimensões da sustentabilidade abordadas, têm-se a proposta de que a sustentabilidade deve ser vista através de um questionamento permanente sobre seus pontos de equilíbrio dinâmico entre as diferentes dimensões. Como exemplo, quando se pretende a participação pública para uma formulação coletiva rumo à sustentabilidade local, diferentes atores podem ancorar seus valores sustentados em múltiplos contextos do conhecimento disciplinar e/ou interesses em diferentes dimensões.

A sustentabilidade depende de instâncias motivadoras para sensibilizar e mobilizar a participação das pessoas. O acesso às informações é considerado necessário e indispensável para que permita à sociedade civil organizada maior compreensão dos problemas e para que haja a oportunidade política de participação, no compartilhamento nas decisões coletivas sobre as políticas públicas locais. Nesse caso, a participação é considerada como um instrumento útil no aperfeiçoamento das relações entre uma administração local e a sociedade civil, pois promove o envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, assim como promove a legitimidade do poder local.

Teixeira et al. (2002) comentam sobre a dimensão política da sustentabilidade que “é preciso instrumentos que garantam a participação efetiva e organizada da população em processos de planejamento, execução e fiscalização de projetos, que beneficiem a maioria das pessoas, promovendo a cidadania ativa.” São inúmeras as formas de participação a serem exploradas pela sociedade, como fóruns, redes, grupos de trabalho, grupos de articulação, conselhos municipais, conselhos escolares, comissões, associações de moradores, sindicatos, movimentos populares, ONGs e outros, revelando uma amplitude de espaços participativos de dimensão política para a sustentabilidade.

A diversidade das instâncias com propósito de atuação que aparentemente possam apresentar objetivos diferentes, o elo existente entre essas instâncias permite que, embora com suas diferenças, sejam formuladas estratégias conjuntas, respeitando suas inclinações.

No entanto, é ainda limitada a transição para tornar um indivíduo capaz de se incorporar a coletivos estruturados politicamente, e, por meio desses coletivos, prover a participação efetiva nas políticas públicas. Essa limitação encontra-se, principalmente, na pouca cultura de participação entre atores sociais e poder público. Embora a participação possa promover a oportunidade de atores sociais em compartilhar, no que diz respeito ao que é comum a todos, existe, ainda, uma distância entre as administrações e os atores interessados na repartição do processo decisório.

Moreira e Farias (2005) comentam que quanto às condições para uma nova cultura política de governança democrática que passam pelo fomento de espaços de participação, como conselhos, fóruns e outros, notam pouca cultura de participação política e restrição em instâncias definidoras das instituições responsáveis:

“Muitos governos referem-se aos Conselhos Municipais como local destinado à participação e põem em funcionamento essas instituições, apenas para demonstrar a legalidade das ações de políticas públicas ou consultar alguns parceiros importantes para a governança. Alguns vão mais além: organizam conselhos, estruturam atividades, convocam conferências e estimulam fóruns, mas ainda assim a governança é pouco partilhada”. (MOREIRA e FARIAS, 2005)

Ainda os mesmos autores complementam que o compartilhamento das ações públicas passa a ser “uma socialização de saberes e querer, um aprendizado democrático entre os diferentes e, o que os une é a igualdade de participação política e de decisão coletiva.”

O debate sobre a sustentabilidade aponta para proposições que percorrem, desde a redistribuição justa dos bens transformados dos recursos naturais com expectativas de melhoria da qualidade de vida, até as estratégias de revitalização dos espaços participativos, reforma no sistema econômico, propostas de mudanças culturais sobre o consumo e outras proposições que buscam modelos sustentáveis. Mostram, ainda nos debates, a necessidade de determinações políticas, para que haja um envolvimento social em amplo aspecto com a população convidada a participar nas tomadas de decisões, no que se refere à questão da sustentabilidade.

## **6. A DIMENSÃO POLÍTICA DA SUSTENTABILIDADE COMO EIXO NORTEADOR NA CONCEITUAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE**

A formulação dos princípios de Dimensão Política da Sustentabilidade apresentada por Silva (2000) foi direcionada em garantir a participação efetiva e organizada da população nos processos de planejamento, execução e fiscalização dos projetos que pudessem beneficiar a maioria das pessoas, promovendo a cidadania ativa. Embora esta formulação esteja dentro das condições favoráveis à democracia participativa, Frey (2001) comenta que:

“No que tange à reflexão teórico-conceitual, boa parte das teorias que visam a sustentabilidade do desenvolvimento carecem de investigações que aprofundem a dimensão político-democrática. Esta certamente representa um dos mais importantes fatores limitadores da implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável”. (FREY, 2001)

A presença de debates com abordagens pluridimensionais sugerem maiores investigações sobre suas fronteiras, vinculadas a uma política de concílio entre as suas relações. Seriam eles políticos entre as dimensões ambiental, social, econômica, cultural e demais, para a formulação de novas propostas aos modos que regem as atuais necessidades nessas dimensões. São, portanto, debates em diferentes dimensões que exercem necessariamente implicações na dimensão política da sustentabilidade, como a organização da sociedade, a comunicação e informação, a abertura de espaços participativos, o envolvimento da população em consultas, decisões e ações no que se refere ao que é comum a todos, como a educação, o trabalho e sobretudo, como a vida.

O debate acerca da sustentabilidade indica a necessidade de espaços para novos processos democráticos para implementação e monitoramento social das políticas públicas. A esse espaço, Grazia et al. (2001) consideram quatro atores sociais responsáveis pela transformação e manutenção da natureza, sendo eles: a população, as empresas, as instituições e o governo, assim como o meio ambiente em que se encontram inseridos. Segundo os autores, esses quatro atores, ao atuarem em uma área da superfície terrestre para transformar e administrar a natureza, estruturam o meio ambiente como habitat humano. Portanto, entende-se que, para isso, é necessário criar mecanismos dentro dos governos voltados à implementação de políticas locais de participação democrática.

Quanto ao papel de pessoas, como agentes de mudança da realidade, a participação requer o reconhecimento sobre a sua própria interdependência na comunidade. Para isso, é necessário propiciar mecanismos para que possam contribuir nas políticas públicas locais, cujo desafio da sua construção está em fazer das camadas populares sujeitos políticos. Segundo Leroy et al. (2002), “a

sustentabilidade do país nunca será alcançada sem a sustentabilidade política, e esta realiza-se com a democratização da sociedade e com a democratização do Estado, a democratização de um como sendo condição da do outro.” Isso pode ser entendido como a inclusão de processos participativos em políticas públicas em que os autores consideram que:

“O primeiro objetivo da sustentabilidade supõe o fortalecimento das organizações populares, sindicais e comunitárias, a redistribuição a elas de recursos e de informação para o aumento da capacidade de análise e para a tomada de decisão”. (LEROY et al., 2002)

Para Sampaio (2005), o Fórum Mundial Social recebe uma relevância, onde “se exercita a construção, num diálogo mundial, de formas de participação que irão quebrar o mundo do neoliberalismo”. Participar politicamente ainda é uma meta pois:

“Significa, fundamentalmente, tomar parte das decisões sobre políticas públicas. Consiste formar uma opinião sobre a decisão do Estado em expressar, pública e livremente, essa opinião, e em vê-la levada em consideração. Trata-se de uma meta ainda a ser atingida, pois nenhuma sociedade possibilitou, até hoje, a plena participação política de seus cidadãos”. (SAMPAIO, 2005)

Os debates que explicitam a dimensão política da sustentabilidade provocam num primeiro percurso interpretativo dessa dimensão, a percepção da existência de fatores que são referenciais à diversidade de elos entre as demais dimensões da sustentabilidade. Neste aspecto, a dimensão política torna-se passível de assumir como sendo um eixo norteador enquanto processo decisório de ações mais sustentáveis, pela capacidade de construção do concílio dos interesses coletivos, pois encontra-se internamente articulada em princípios de diferentes dimensões que predispõe a própria sustentabilidade, pela garantia da democracia de participação nas decisões sobre o que é comum a todos. Dessa forma, o eixo norteador da sustentabilidade estaria nessa dimensão pelo seu caráter transdimensional, envolvendo aspectos das diversas dimensões, pois estabelece relações em cada aspecto de interesse da sociedade

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A tendência atual da sustentabilidade tem em seu desafio estratégico a criação de espaços participativos que sejam capazes de estimular a cidadania em direção aos assuntos públicos. As reivindicações e propostas dos diversos setores da sociedade devem manter o diálogo crítico, de forma que a comunidade, as associações, as entidades de classe e demais instituições possam compartilhar sobre as decisões locais.

A sustentabilidade demonstra a sua extensão sobre as inovações de práticas administrativas que podem resultar em melhoramentos através da implementação das políticas de co-responsabilidade e de interdependência. A prática da política de conexões entre a comunidade, a sustentabilidade e o poder implica em laços mais fortes de diálogo, e que pode ser conduzida pela dimensão política da sustentabilidade como eixo norteador desse diálogo.

Portanto, é preciso uma atuação constante da sociedade e de políticas públicas que estimulem a participação e a ampliação democrática por parte do governante, fortalecendo a capacidade dos cidadãos de se auto-governarem na vida coletiva.

Reconhece-se, também, um déficit de políticas inovadoras, e que sejam orientadoras de processos democráticos através dos elos entre as diversas dimensões da sustentabilidade, ou seja, da transdimensionalidade. Transdimensional pela percepção da sinergia contida nos interesses sociais, econômicos, ambientais, culturais, e a crescente inclusão dos cidadãos no processo de tomada de decisão, para que se possa implementar estratégias de políticas públicas voltadas ao bem comum.

Confere, portanto, que o caráter holístico da sustentabilidade está para a pluridimensionalidade e para a indissociabilidade, envolvendo os aspectos ambientais, econômicos, sociais, políticos, culturais e outros. Quanto ao caráter interdisciplinar, a amplitude das interações entre as dimensões requer o envolvimento de diferentes áreas do conhecimento.

As abordagens sob o tema que se refere à transdimensionalidade na sustentabilidade sugerem maiores investigações sobre suas fronteiras vinculadas à uma política de concílio entre as suas relações de necessidades. Seriam elos políticos entre as dimensões ambiental, social, econômica, cultural e demais, para a formulação de novas propostas dos modos que regem as atuais necessidades em diferentes dimensões.

A dimensão política como eixo transdimensional da sustentabilidade foi percebida pela existência de fatores que são referenciais à diversidade de elos entre as demais dimensões. Esta condição de eixo transdimensional se dá por reconhecer as características específicas das demais dimensões, como um elemento integrador das ações sustentáveis em diferentes dimensões. Nesse caso, observou-se nos debates apresentados, a proposição da dimensão política da sustentabilidade como eixo norteador, de forma que a formulação de políticas sustentáveis possam ser construídas coletivamente entre a sociedade civil organizada e o poder público.

## 8. REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H; LEROY, JEAN-PIERRE **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 1999. 72p. (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, 1).
- ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D.F. et al. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 2.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p.17-26.
- CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 153-174.
- D'AMBRÓSIO, U. Valores, transdisciplinaridade e o despertar da consciência. In: SIMPÓSIO COMEMORATIVO AOS 10 ANOS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS, 1., 2005, São Carlos. **Anais...** São Carlos: CRHEA/SHS/EESC/USP, 2005. p. 107-109.
- FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n.9, 2001. p. 115-148.
- GRAZIA, G; SANTOS, A. M.; MOTTA, A. Estratégias para a construção da sustentabilidade urbana. In: GRAZIA, G. et al. **O desafio da sustentabilidade urbana**. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 2001. p. 113-129. (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, 5).
- LEROY, JEAN-PIERRE et. al. **Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?**. Petrópolis: Vozes, 2002. 198 p.
- MOREIRA, A.; FARIA, H.J.B. **Cultura e governança: um olhar transversal para o município**. Disponível em: [http://www.polis.org.br/artigo\\_interno.asp?codigo=19](http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=19)>. Acesso em: 08 abr. 2005.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. 118 p.
- RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001. 176 p.
- ROHDE, G. M. Mudanças de paradigmas e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 41-53.
- SAMPAIO, P. A. Participação popular. In: TEIXEIRA, A. C. C. (Org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Polis, 2005. p. 47-58.
- SILVA, S.R.M. **Indicadores de sustentabilidade urbana: as perspectivas e as limitações da operacionalização de um referencial sustentável**. 2000. 260 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SILVA, S.R.M.; SHIMBO, I. Proposição básica para princípios de sustentabilidade. In: ENCONTRO NACIONAL E ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 2., 2001, Canela, RS. **Anais...** Porto Alegre: NORIE/UFRGS, 2001. p. 73-79.

STROCH, P. Y. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza:** estudo para uma sociedade sustentável. 2 ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 276-292.

TEIXEIRA, B. A. N. et al. **Cadernos Jaboticabal Sustentável:** Conceitos. Jaboticabal: Artsigner Editores, 2002. 20 p. (Cadernos, 1)